



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O poder de fazer uma nova constituição é definido, pela doutrina, em geral, como:

- a) Poder constituído;
- b) Poder constituinte decorrente;
- c) Poder constituinte originário;
- d) Poder constituinte derivado;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

2. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Estão todos definidos na constituição federal, em "*numerus clausus*";
- b) Se previstos em tratados internacionais ingressam com status de lei complementar;
- c) podem não ter aplicação imediata;
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão;
- e) O direito à informação impede que se restrinja qualquer publicidade de atos processuais, sem exceção.

3. Sobre o controle de constitucionalidade, tal como adotado no direito brasileiro, é

**CORRETO** dizer que:

- a) Qualquer juiz pode reconhecer e decretar, no julgamento de um caso, a inconstitucionalidade de uma lei ou de um ato normativo;
- b) O Supremo Tribunal Federal só aprecia a inconstitucionalidade em controle concentrado;
- c) Os efeitos das decisões judiciais, quando se concluir pela inconstitucionalidade de uma lei, sempre atingem a todos, pois não se pode conceber uma lei inconstitucional apenas para uma pessoa;
- d) O chamado controle difuso, sempre feito por meio de ADIN, vincula a todos;
- e) É entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal que a decretação de inconstitucionalidade de uma lei, por inteiro, fere o princípio da separação de poderes.

4. Dentre os princípios constitucionais expressamente referidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, como de obediência obrigatória pela Administração Pública, **NÃO** figura:

- a) Legalidade;
- b) Eficiência;
- c) Moralidade;
- d) Publicidade;
- e) Flexibilidade.

5.) **NÃO** é órgão do Poder Judiciário:

- a) O Conselho Nacional de Justiça;
- b) O Superior Tribunal de Justiça Desportiva;
- c) O Superior Tribunal de Justiça;
- d) O Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
- e) Juiz Estadual.

6. No tocante às funções essenciais à justiça, assinale a resposta **CORRETA**:

- a) Dentre essas funções não figuram os advogados privados, apenas os advogados públicos;
- b) O Ministério Público, dada sua autonomia e permanência, compõe categoria específica, não figurando dentre essas funções essenciais;
- c) As Defensorias Públicas Estaduais possuem autonomia funcional e administrativa;
- d) A Advocacia Geral da União não é instituição contemplada nesse capítulo da Constituição Federal;
- e) Todos aqueles que exercem função essencial à justiça, por caracterizarem-se como servidores públicos, são remunerados mediante subsídio;

7. Dentre as vedações impostas pela CF aos membros do Ministério Público figura a de :

- a) Exercer atividade de magistério em instituição privada de ensino;
- b) Exercer atividade político-partidária;
- c) Compor Bancas Examinadoras de concurso público para outras carreiras;
- d) Viajar para fora do país, por mais de 15 (quinze) dias sem a comunicação ao Chefe da Instituição a que pertencer;
- e) Participar, como membro, do Conselho Penitenciário Estadual.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**8.** Sobre a responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A CF de 1988 assegura ao Estado o direito de regresso contra o agente responsável pelo dano causado a terceiro apenas nos casos de dolo;
- b) Não se aplica às entidades da administração pública indireta que executem atividade econômica de natureza privada a regra constitucional da responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros;
- c) A responsabilidade do Estado poderá subsistir mesmo ocorrendo motivo de força maior se, aliada à força maior, ocorrer omissão do Poder Público na realização de um serviço;
- d) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
- e) A Constituição Federal de 1988, quando trata da responsabilidade civil do Estado, prevê duas regras de responsabilidade: a da responsabilidade objetiva do Estado e a da responsabilidade subjetiva do funcionário.

**9.** Sobre os princípios da administração pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Em razão do princípio da autotutela, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;
- b) O princípio da impessoalidade impede que haja qualquer tipo de identificação entre a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos e os titulares dos cargos públicos;
- c) O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões;

- d) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
- e) Por gozarem de autonomia administrativa e financeira, as entidades da Administração Pública indireta não se submetem a controle ou fiscalização da Administração Direta, ainda que a fiscalização objetive garantir a observância das finalidades institucionais dos referidos entes;

**10.** Sobre as disposições gerais aplicáveis às licitações, julgue os seguintes itens:

- I - A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- II - Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa;
- III - O procedimento licitatório previsto na lei 8.666/93 caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) Todas as assertivas estão corretas;

**11.** Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos prescindem do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- b) As disposições da Lei n. 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança;
- d) Constitui ato de improbidade



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições;

e) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

**12.** Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Constituem elementos dos atos administrativos a competência (ou sujeito), a forma, o objeto, o motivo e a finalidade;

b) Diz-se discricionário o ato quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas válidas perante o direito;

c) Os atos discricionários são insuscetíveis de controle judicial;

d) Revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração Pública extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência;

e) Não podem ser revogados os atos vinculados e os atos que já exauriram seus efeitos.

**13.** Sobre o poder de polícia, julgue os itens a seguir:

I – Considera-se poder de polícia a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público;

II – O poder de polícia busca fundamento no princípio da predominância do interesse público sobre o particular;

III – São atributos do poder de polícia a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade;

Estão **CORRETAS** as assertivas:

a) I

b) III

c) I e III

d) I e II

e) todas as assertivas estão corretas.

**DIREITO CIVIL**

**14.** De acordo com o Código Civil, são relativamente incapazes, **EXCETO**:

a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

b) Os índios;

c) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

d) Os pródigos;

e) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

**15.** De acordo com o Código Civil, a menoridade cessa:

a) Pelo reconhecimento da união estável;

b) Pela conclusão do segundo grau;

c) Pela conclusão de ensino profissionalizante;

d) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

e) Aos dezesseis anos completos.

**16.** De acordo com o Código Civil, são bens imóveis:

a) O direito à sucessão aberta.

b) As energias que tenham valor econômico.

c) Os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social

d) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;

e) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

**17.** Em relação aos bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Estão sujeitos a usucapião.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação;
- c) O uso comum dos bens públicos só pode se dar de maneira onerosa.
- d) Consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, ainda que haja disposição legal em contrário.
- e) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

**18.** A validade do negócio jurídico requer, **EXCETO**:

- a) Agente capaz;
- b) Registro no cartório competente, independentemente de previsão legal;
- c) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável;
- d) Forma prescrita ou não defesa em lei;
- e) Escritura pública, se visar à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País, salvo disposição legal em contrário.

**19.** É anulável o negócio jurídico, **EXCETO**:

- a) Quando a declaração de vontade emana de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- b) Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa;
- c) Quando ambas as partes procederam com dolo;
- d) Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
- e) Quando celebrado mediante coação que incute a um dos contratantes fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**20.** Qual o prazo para o Ministério Público interpor recurso de apelação?

- a) 48 horas;
- b) 5 dias;
- c) 10 dias;
- d) 15 dias;
- e) 30 dias.

**21.** De acordo com o CPC, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os honorários devem ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da causa indicado na petição inicial;
- b) A verba honorária não é devida quando o advogado, atuando em causa própria, for vencedor na demanda;
- c) Na jurisdição voluntária, as despesas serão pagas exclusivamente pelo requerente;
- d) Nas causas de pequeno valor, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, levando-se em conta o zelo do advogado, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa e o tempo exigido para o seu serviço;
- e) Compete ao réu adiantar as despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

**22.** Assinale a opção **CORRETA** acerca dos prazos processuais:

- a) Para a prorrogação dos prazos processuais peremptórios é suficiente a concordância das partes, com a correspondente aceitação do juiz;
- b) Os prazos processuais somente começam a correr do primeiro dia útil após a intimação;
- c) O réu não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor;
- d) Aos litisconsortes com diferentes procuradores o prazo em dobro é contado apenas para contestar, mas não para recorrer;
- e) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e o dia do vencimento.

**23.** Pela regra geral do CPC, a citação se dá:

- a) Por email;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

- b) Por oficial de justiça;
- c) Por edital;
- d) Por telefone;
- e) Pelo correio.

**24.** Qual o recurso cabível contra a sentença que julga procedente o pedido inicial?

- a) Agravo de instrumento;
- b) Apelação;
- c) Recurso ordinário;
- d) Agravo retido;
- e) Não cabe recurso.

**25.** Considerando os preceitos da Lei 7.347/85 e da Lei 8.429/92, assinale a alternativa

**CORRETA:**

- a) É facultativa a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei nas ações civis públicas em que não é parte;
- b) A ação de improbidade só pode ser ajuizada pelo Ministério Público;
- c) Não é possível o ajuizamento de ação civil pública com objeto idêntico de outra ação civil julgada improcedente por insuficiência de provas;
- d) O autor da ação civil pública só poderá ser condenado ao pagamento dos honorários, custas e despesas processuais se comprovada a sua má-fé;
- e) É incabível recurso da decisão que recebe a inicial da ação de improbidade.

**DIREITO PENAL**

**26.** Assinale a alternativa **CORRETA:**

- a) Para o direito penal brasileiro, considera-se praticado o crime quando ocorre o seu resultado;
- b) Para o direito penal material, a contagem do prazo inclui o dia do início;
- c) A legítima defesa exclui a tipicidade do crime;
- d) Os menores de 21 anos são penalmente inimputáveis;
- e) O não pagamento da pena de multa pelo condenado permite a conversão da pena de multa em privativa de liberdade.

**27.** Assinale a alternativa **INCORRETA.**

- a) Constitui atenuante o fato de o agente

possuir 21 anos na data dos fatos;

- b) No caso de concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas dos crimes cometidos, somando-as;
- c) O reconhecimento do crime continuado somente é possível quando praticado contra a mesma vítima;
- d) Não é admissível o perdão do ofendido depois de passar em julgado a sentença condenatória;
- e) A perempção é uma forma de extinção da punibilidade.

**28.** Assinale a alternativa **CORRETA:**

- a) No direito penal brasileiro, a pessoa jurídica é penalmente responsável nos casos de crimes ambientais e tributários;
- b) De acordo com a lei n. 9.605/98, o abate de animais para saciar a fome do agente e de sua família não constitui crime;
- c) O servidor público que, valendo-se do cargo e das facilidades que este lhe oferece, subtrai material do órgão ao qual está vinculado comete o crime de peculato, mas se o estagiário cometer tal delito, responde pelo crime de furto;
- d) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 60 anos;
- e) Comete o crime de corrupção ativa o funcionário público que solicita vantagem econômica para fazer ou deixar de fazer ato de ofício.

**29.** Assinale a alternativa **INCORRETA.**

- a) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação responde pelo crime de moeda falsa
- b) O princípio da insignificância não exclui a tipicidade
- c) A lei incriminadora deve ser estrita, sendo vedada a analogia in malam partem.
- d) A lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu
- e) Constitui circunstância agravante ter o agente praticado o crime mediante embriaguez preordenada

**30.** No que tange à Lei dos crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei 7.492/86), assinale a alternativa **INCORRETA:**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

- a) Considera-se instituição financeira a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários;
- b) É crime contra o Sistema Financeiro Nacional aplicar, em finalidade diversa da prevista em lei ou contrato, recursos provenientes de financiamento concedido por instituição financeira oficial ou por instituição credenciada para repassá-lo;
- c) Equipara-se à instituição financeira a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas na lei, ainda que de forma eventual;
- d) É crime contra o Sistema Financeiro Nacional a gestão temerária de instituição financeira;
- e) Equipara-se à instituição financeira a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros.

**31.** O crime cuja pena máxima é de 5 anos prescreve em:

- a) 12 anos;  
b) 8 anos;  
c) 5 anos;  
d) 16 anos;  
e) 4 anos.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**32.** De acordo com o Código de Processo Penal, qual o prazo para término do inquérito policial em caso de réu preso?

- a) 48 horas;  
b) 5 dias;  
c) 10 dias;  
d) 15 dias;  
e) 30 dias.

**33.** Sobre a ação penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A representação é irretratável depois de

oferecida a denúncia;

b) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá o ajuizamento da ação penal privada;

c) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal;

d) A denúncia conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas;

e) Nos casos de ação penal privada o prazo para oferecimento da queixa é de seis meses, contado do dia do cometimento do crime.

**34.** Sobre a competência, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Em regra é determinada pelo local em que se consuma a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução;

b) Tratando-se de infração continuada, praticada em territórios de duas ou mais jurisdições, a competência é do juízo em que praticado o último ato de execução;

c) Tratando-se de infração continuada, praticada em territórios de duas ou mais jurisdições, a competência será do juízo em que praticado o primeiro ato de execução;

d) Nos casos de ação penal exclusivamente privada, o querelante só poderá ajuizar a queixa perante o juízo do domicílio ou residência do réu, caso não conhecido o lugar da infração;

e) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão de jurisdição comum, prevalecerá a do local em que houver ocorrido o maior número de infrações.

**35.** Qual o recurso cabível da decisão que não recebe a denúncia?

- a) Apelação;  
b) Recurso em sentido estrito;  
c) Recurso ordinário;  
d) Carta testemunhável;  
e) Não cabe recurso algum.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

**36. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O princípio da identidade física do juiz não é aplicável ao processo penal;
- b) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a militar;
- c) O princípio do contraditório consiste na exigência de que as partes tenham ciência e possibilidade de manifestação sobre todos os documentos e atos do processo. Pode ser imediato ou diferido;
- d) De acordo com o princípio da indisponibilidade da ação penal, uma vez ajuizada a ação penal, o Ministério Público não pode desistir da ação;
- e) De acordo com o princípio da identidade física do juiz, a sentença deverá ser proferida pelo juiz que presidiu a instrução do feito.

**37. Sobre o procedimento dos Juizados Especiais, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) A suspensão condicional do processo é possível apenas para os crimes cuja pena máxima for igual ou inferior a um ano;
- b) De acordo com o procedimento dos Juizados Especiais, é possível a celebração de transação penal antes da propositura da denúncia;
- c) Não será possível a celebração de transação penal se o autor do fato tiver sido beneficiado com outra transação penal nos três anos anteriores;
- d) A competência dos Juizados Especiais Federais é para o processo e julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo com pena de até 2 anos;
- e) Não é possível a citação por edital no procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais.

**DIREITO ELEITORAL**

**38. Nos termos da Constituição, a composição dos Tribunais eleitorais é mista, deles fazendo parte sete membros de diferentes categorias da Justiça Brasileira. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a composição do Tribunal**

**Regional Eleitoral:**

- a) Dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
- b) Dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- c) Dois juízes do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
- d) Dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça;
- e) Nenhuma das alternativas acima.

**39. Assinale a INCORRETA. Somente caberá recurso das decisões dos TREs, quando:**

- a) Forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;
- b) Ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;
- c) Versarem sobre elegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais;
- d) Anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;
- e) Estão corretos os itens “a”, “b” e “d”.

**40. São órgãos da Justiça Eleitoral, EXCETO:**

- a) Tribunal Superior Eleitoral;
- b) Tribunais Regionais Eleitorais;
- c) Juízes Eleitorais;
- d) Juntas Eleitorais;
- e) Polícia Federal e Ministério Público Eleitoral.

**41. Com relação à temática dos direitos políticos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O plebiscito e o referendo são considerados instrumentos de participação popular na democracia brasileira;
- b) A limitação da idade mínima de dezoito anos para votar é inconstitucional por violar o princípio da proporcionalidade;
- c) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos e maiores de setenta anos;
- d) É vedado o alistamento eleitoral de estrangeiros não naturalizados;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.



## **DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS E OUTRAS MINORIAS ÉTNICAS**

**42.** Assinale a alternativa **INCORRETA**. A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989:

- a) Determina que os governos, ao aplicar as suas disposições, deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) Traz uma orientação para a gradual assimilação desses povos;
- c) Aplica-se aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
- d) Determina que, ao aplicar a legislação nacional aos povos interessados deverão ser levados na devida consideração seus costumes ou seu direito consuetudinário;
- e) Dispõe ser critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as suas disposições a consciência de sua identidade indígena ou tribal.

**43.** Assinale a alternativa **INCORRETA**. De acordo com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989:

- a) As autoridades e os tribunais solicitados para se pronunciarem sobre questões penais deverão levar em conta os costumes dos povos mencionados a respeito do assunto;
- b) Dever-se-á dar preferência a tipos de punição outros que o encarceramento;
- c) Na medida em que isso for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente

reconhecidos, deverão ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros;

d) Quando sanções penais sejam impostas pela legislação geral a membros dos povos mencionados, deverão ser levadas em conta as suas características econômicas, sociais e culturais;

e) Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados, ainda que contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados.

**44.** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 define como Povos e Comunidades Tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

b) É objetivo específico da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, dentre outros, solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

c) Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, dentre outros, os modos de criar, fazer e viver;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

d) O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 define como Territórios Tradicionais os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, desde que utilizados de forma permanente, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

e) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

**LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (LC n. 75/1993)**

**45.** O Ministério Público da União compreende os seguintes ramos, **EXCETO**:

- a) O Ministério Público Federal;
- b) O Ministério Público Militar;
- c) O Ministério Público do Trabalho;
- d) O Ministério Público Eleitoral
- e) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

**46.** Sobre o Ministério Público da União, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- b) Compete ao Ministério Público da União impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança;
- c) Compete ao Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de

relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação;

d) O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais;

e) É facultada ao Ministério Público da União a consultoria jurídica de entidades públicas.

**47.** Sobre a chefia do Ministério Público Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O Procurador-Geral da República é o Chefe do Ministério Público Federal;
- b) A ação penal pública contra o Procurador-Geral da República, quando no exercício do cargo, caberá ao Vice-Procurador-Geral da República;
- c) Cabe ao Procurador-Geral da República decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuições entre órgãos do Ministério Público Federal;
- d) Incumbe ao Procurador-Geral da República exercer as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal, manifestando-se previamente em todos os processos de sua competência;
- e) O Procurador-Geral da República proporá perante o Supremo Tribunal Federal a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o respectivo pedido de medida cautelar.

**NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA**

**48.** A expressão “fazer um download” significa:

- a) Encerrar um programa da memória do computador;
- b) Carregar um programa na memória do computador;
- c) Gravar um arquivo no disco rígido;
- d) Transferir dados de um computador remoto para um computador local;
- e) Transferir dados de um computador local para um computador remoto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

**49.** Em relação à suíte de aplicativos para escritório *OpenOffice.org/BrOffice.org*, o nome dos aplicativos processador de texto e planilha eletrônica são, respectivamente:

- a) *Writer* e *Calc*;
- b) *Impress* e *Calc*;
- c) *Writer* e *Draw*;
- d) *Impress* e *Draw*;
- e) *Writer* e *Math*.

**50.** A Central de Segurança do *Windows XP* é um pacote incluído no sistema para gerenciar as configurações de segurança. Basicamente, este recurso monitora:

- a) O *firewall*, as atualizações automáticas e a proteção contra vírus.
- b) As conexões de rede, os arquivos do usuário e a memória do sistema.
- c) Os erros e falhas de sistema, analisando e reportando os travamentos.
- d) Os sites confiáveis e os sites restritos.
- e) As contas de usuário do *windows*.